

MUNICÍPIO DE ARVOREZINHA - RS
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS (LDO) 2023

Tabela 05 - Estimativa de Limites de Gastos com Pessoal do Poder Executivo e Legislativo para o período de 2023 a 2025

PODER EXECUTIVO	2023	%	2024	2025
Valor Estimado para Gasto com Pessoal	22.113.749,06	43,91	26.621.852,32	31.123.553,80
Limite Máximo Legal - 54 % da RCL (alínea "b" do inciso III do artigo 20 da LRF)	27.197.644,83	54,00	30.750.200,70	33.804.003,66
Limite Prudencial - 51,30 % da RCL (parágrafo único do artigo 22 da LRF)	25.837.762,59	51,30	29.212.690,66	32.113.803,48
Limite de Alerta - 48,60 % da RCL (inciso II do § 1º do artigo 59 da LRF)	24.477.880,34	48,60	27.675.180,63	30.423.603,29

PODER LEGISLATIVO	2022	%	2023	2024
Valor Estimado para Gasto com Pessoal	1.400.000,00	2,78	1.600.000,00	1.800.000,00
Limite Máximo Legal - 6 % da RCL (alínea "b" do inciso III do artigo 20 da LRF)	3.021.960,54	6,00	3.416.688,97	3.756.000,41
Limite Prudencial - 5,70 % da RCL (parágrafo único do artigo 22 da LRF)	2.870.862,51	5,70	3.245.854,52	3.568.200,39
Limite de Alerta - 5,40 % da RCL (inciso II do § 1º do artigo 59 da LRF)	2.719.764,48	5,40	3.075.020,07	3.380.400,37

Fonte: Secretaria Municipal de Adm., Finanças, Planej. E Desenv. Econômico - Setor de Contabilidade, 10/08/2022.

O objetivo do demonstrativo é evidenciar, com base na Receita Corrente Líquida prevista, os limites Legal, Prudencial e de Alerta para as Despesas com Pessoal do Poder Executivo e Legislativo.

a) quando as despesas com pessoal superarem, respectivamente, 48,60% e 5,40% da RCL no Poder Executivo e Legislativo, caberá a emissão do alerta de que trata o inciso II do § 1º do artigo 59;

b) o limite prudencial corresponde a 51,30% e 5,70% da RCL, respectivamente no Executivo e Legislativo. Quando superado, e de acordo com o estipulado no parágrafo único do artigo 22 c/c alínea "a" do inciso III do artigo 20, ambos da LRF, e coloca o respectivo poder ao alcance das seguintes vedações:

I - concessão de vantagem, aumento, reajuste ou adequação de remuneração a qualquer título, salvo os derivados de sentença judicial ou de determinação legal ou contratual, ressalvada a revisão prevista no inciso X do artigo 37 da Constituição;

II - criação de cargo, emprego ou função;

III - alteração de estrutura de carreira que implique aumento de despesa;

IV - provimento de cargo público, admissão ou contratação de pessoal a qualquer título, ressalvada a reposição decorrente de aposentadoria ou falecimento de servidores das áreas de educação, saúde e segurança;

V - contratação de hora extra, salvo no caso do disposto no inciso II do § 6º do artigo 57 da Constituição e as situações previstas na Lei de Diretrizes Orçamentárias

c) Já quando superado o limite legal, de 6% no Legislativo e de 54% no caso do Executivo, além das vedações previstas no parágrafo único do art. 22 da LRF, o Poder que houver incidido no excesso deverá adotar providências para a eliminação do percentual excedente no prazo e condições estabelecidas nos §§ 1º e 2º e o caput do artigo 23, e o Município sujeito às restrições dos §§ 3º e 4º do mesmo artigo, todos da LRF.